

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária, CEP 59065-555 – Natal/RN  
Telefone/fax: 99972\*-1200 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

Processo de Gestão Administrativa nº 12.028/2020-CGMP

**PARECER**

Trata-se de consulta formulada pelo Promotor de Justiça Substituto Marcelo Coutinho Meireles, em 06 de março de 2020, acerca da necessidade de apresentação de documento de comprovação de serviço em dia por membros que pretendem concorrer a movimentação na carreira, mas que sejam substitutos e designados para mais de uma Promotoria de Justiça e, em caso positivo, tal documentação deve ser apresentada de todas as Promotorias de Justiça ou apenas da principal.

Distribuído o presente procedimento, vieram os autos com vistas.

Inicialmente, registre-se que a Resolução nº 002/2018-CSMP regulamenta os arts. 126 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 141, de 09 de fevereiro de 1996, com as alterações da Lei Complementar nº 309, de 27 de outubro de 2005.

Por sua vez, a fim de objetivar o conceito de estar em dia, esta CGMP publicou o aviso nº 009/2019, de 5 de julho de 2019, com o seguinte texto:

A Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e, com fulcro nas Resoluções nº 023/2007-CNMP, 174/2017-CNMP, 181/2017-CNMP, 002/2008-CPJ/RN, 008/2009-CPJ/RN e na Portaria CNMP-CN nº 291/2017, Portaria PGR/MPF nº 692/2016, e art. 4º, Resolução nº 312/2014 – PGJ, Considerando que as atividades ministeriais devem atender a normas e prazos estabelecidos na legislação vigente, tanto para os processos judiciais como para os extrajudiciais, com previsão de órgãos de controle e fiscalização;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária, CEP 59065-555 – Natal/RN

Telefone/fax 99972\*-1200 – e-mail: [cgmp@mprn.mp.br](mailto:cgmp@mprn.mp.br)

Considerando que o “serviço em dia” é um dos aspectos a serem observados na avaliação da prestação do membro correccionado, no que concerne à atuação judicial e à atuação extrajudicial.

Avisa aos membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte que:

1) quanto à atuação judicial, a verificação de que o serviço está em dia se efetiva pela observância do cumprimento dos prazos processuais;

2) em relação à atuação extrajudicial, a análise de que o serviço está em dia se efetiva pela observância do cumprimento dos prazos de conclusão e prorrogação previstos nos atos normativos específicos, na movimentação regular e na duração da investigação, a partir da totalidade dos feitos internos e observância dos prazos de duração:

2.1) das notícias de fato: 30 (trinta) dias prorrogáveis por uma única vez por até 90 (noventa) dias (art. 6º, Resolução nº 012/2018 -CPJ);

2.2) dos procedimentos preparatórios: 90 (noventa) dias, prorrogáveis por uma única vez por mais 90 (noventa) dias (art. 17, Resolução nº 012/2018-CPJ);

2.3) dos inquéritos civis: 1 (um) ano e atos de prorrogação anuais (art. 43, Resolução nº 012/2018-CPJ);

2.4) dos procedimentos preparatórios eleitorais: 60 (sessenta) dias, admitindo prorrogações sucessivas (art. 6º, Portaria PGR/MPF nº 692/2016, e art. 4º, Resolução nº 312/2014 – PGJ);

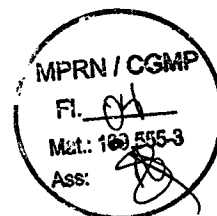
2.5) dos procedimentos administrativos: 1 (um) ano, admitindo prorrogações sucessivas (art. 11, Resolução nº 012/2018-CPJ); e

2.6) dos procedimentos investigatórios criminais: 30 (trinta) dias para dar andamento às representações, requerimentos, petições e peças de informação, podendo esse prazo ser prorrogado por 90 (noventa) dias; 90 (noventa) dias para ser concluído, admitindo prorrogações sucessivas (art. 11, Resolução nº 008/2009 – CPJ).

3) Especificamente quanto à análise do impulsionamento dos feitos internos, a Portaria CNMP-CN nº 291/2017, oriunda da Corregedoria Nacional do Ministério Público, traz como parâmetro o prazo de 90 (noventa) dias para o impulsionamento com eficiência dos procedimentos administrativos de natureza cível.

Neste contexto normativo, verifica-se que a questão posta não encontra disciplina pelo órgão colegiado competente.

Desta feita, os casos omissos da Resolução nº 02/2018-CSMP devem ser objeto de regramento pelo Conselho Superior do Ministério Público, a quem compete disciplinar a demanda ora em análise.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária, CEP 59065-555 – Natal/RN  
Telefone/fax: 99972\*-1200 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

---

Ante o exposto, nos termos do art. 16, I, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, **OPINA** esta Promotora Corregedora, integrante da Assessoria Especial de que trata o art. 32, § 1º, II, da Lei Complementar Estadual n. 141/1996, pelo **ARQUIVAMENTO** do presente procedimento, uma vez que não é atribuição desta Corregedoria Geral disciplinar a matéria, e consequente comunicação ao consulente para conhecimento e adoção das medidas que entender pertinente.

É o parecer que submeto à apreciação da Corregedora-Geral do Ministério Público.

Natal/RN, 10 de março de 2020.

**Roberta de Fátima Alves Pinheiro**

Promotora Corregedora III



**Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte**  
**Corregedoria-Geral do Ministério Público**

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, CEP 59065-555, Candelária, Natal/RN  
Telefone: 9 9972-1200 – e-mail: [cgmp@mprn.mp.br](mailto:cgmp@mprn.mp.br)



Procedimento de Gestão Administrativa nº 12.028/2020  
Assunto: CONSULTA – Comprovação de serviço em dia  
Interessado: Marcelo Coutinho Meireles

**DECISÃO**

Aprovo e adoto o parecer, de fls. 03-04, da lavra da Promotora Corregedora Roberta de Fátima Alves Pinheiro.

Encaminhe-se cópia do Parecer e da presente Decisão para o Promotor de Justiça Marcelo Coutinho Meireles, para ciência.

Destarte, não havendo nada mais a ser produzido, **determino o ARQUIVAMENTO** dos autos.

**Efetue-se** a baixa deste procedimento nos registros respectivos.

Em seguida, remetam os autos ao **arquivo**.

Cumpra-se.

Natal, 10 de março de 2020.

  
Carla Campos Amico  
Corregedora-Geral do MPRN